A primeira utopia do antropoceno

Autor: José Eli da Veiga

Ambiente & Sociedade, v.2- n. abril/junho 2012, p. 233-252, 2017

Fichamento por: Livia de Campos Ribeiro

Disciplina PCA 5043 - Justiça Climática, Cidades e Desigualdades Ambientais

O artigo "A primeira utopia do antropoceno" foi escrito pelo economista e professor do Instituto de Estudos Avançados da USP, José Eli da Veiga.

O "conceito" de desenvolvimento sustentável, que tem se legitimado e sido amplamente difundido nas últimas décadas, é o principal objeto de análise do presente artigo, no qual seu autor, José Eli da Veiga, retoma sua construção história, política e científica e, por meio de uma investigação acerca de 4 controvérsias, traz a ideia de que o desenvolvimento sustentável pode ser a primeira utopia do antropoceno.

A primeira controvérsia dissecada pelo autor é o "desenvolvimento". Ele traz alguns marcos da trajetória história de consolidação desse ideal, como por exemplo a "Declaração sobre o direito ao desenvolvimento" de 1986.

Até por volta de 1990, "desenvolvimento" estava muito conectado ao crescimento econômico. Porém, essa visão mudou quando o PNUD passou a propagar a concepção de desenvolvimento de Mabhul ul Haq – influenciado por Amartya Sem – como "processo histórico de expansão das capacitações, direitos e liberdades humanos" (VEIGA, 2017, p. 234).

Entretanto, ainda existe bastante controvérsia em relação a ideia de desenvolvimento, como, por exemplo, sendo conflitante com a tese do "decrescimento".

O autor coloca também a ideia de "decrescer crescendo", que se relaciona também com "crescimento seletivo". Isso significa que, parte dos processos e atividades humanas ainda deveriam crescer, como por exemplo as energias renováveis ou o transporte público de qualidade, e parte deveria decrescer, como por exemplo a alimentação industrializada ou produção de descartáveis.

Por fim, o autor reforça a ideia do ideal do desenvolvimento como "a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolherem, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para que façam tais escolhas" (VEIGA, 2017, p. 236).

O termo "sustentabilidade" também é amplamente discutido no artigo, considerando sua extensa difusão, ampliação e até banalização. Mesmo muito legitimada atualmente, carrega igualmente diversas contestações.

O autor dá destaque ao debate que existe entre "sustentabilidade" e "resiliência". Hoje presente em diversas áreas do conhecimento, como a psicologia e engenharia, "resiliência" para os ecólogos é a "capacidade de lidar com choques para manter funcionamento sem grandes alterações" (VEIGA, 2017, p. 237). É importante compreender que resiliência nem sempre é algo positivo e que não é a mesma coisa que estabilidade, ou seja, se equivale a não mudar.

Mesmo com outros autores defendendo o contrário, José Eli da Veiga reconhece que "sustentabilidade" não é um conceito e sim um valor e que resiliência é uma de suas bases, ou seja, sustentabilidade é muito mais abrangente. Exemplo disso é que a sustentabilidade não se limita apenas a "choques", como colocada no conceito de resiliência, quando consideramos efeitos cumulativos e de longo prazo como o aquecimento global ou a perda de biodiversidade. "Resiliência é um conceito científico que tem sido entendido como um dos principais vetores da sustentabilidade. Isto é, um dos meios de se procurar atingir tal fim" (VEIGA, 2017, p. 238).

O artigo também discorre sobre a ideia de possíveis limites de nosso planeta, com destaque a duas referências propostas por Will Steffen: o fenômeno da "Grande Aceleração" e as "fronteiras planetárias". Mesmo não sendo análises e projeções perfeitas, são, como diz o autor "mais que suficientes" para justificar a preocupação com as futuras gerações. Conectar "sustentável" ao ideal de desenvolvimento, revela, portanto, a possibilidade e esperança de evitarmos os colapsos globais tão disseminados por cientistas ao redor do mundo. José Eli finaliza, em relação à sustentabilidade:

"Em seu âmago está uma visão de mundo dinâmica, na qual transformação e adaptação são inegáveis, mas dependem de elevada consciência, sóbria prudência e muita responsabilidade diante dos riscos e, principalmente, das incertezas" (VEIGA, 2017, p. 241).

A terceira controvérsia trazida pelo autor é em relação ao Antropoceno. A discussão sobre considerar ou não que entramos em uma nova época aconteceu nos espaços das ciências naturais, principalmente da geologia, porém ainda não foi acatada. Oficialmente, seguimos no Holoceno.

Entretanto, é inegável a pressão e agressões que as atividades humanas exercem em nosso planeta e por isso, no âmbito das ciências humanas, é razoável assumir que foi iniciada

uma nova era, chamada de antropoceno. Mesmo reconhecendo que essa forma de existir no planeta não possa seguir assim e com alguns esforços já desprendidos para barrar algumas tendências nesse sentido, o autor acredita que dificilmente o consenso de que estamos em uma nova época será evitado.

Por fim, o autor reflete sobre "utopia", partindo da sua origem na obra "Utopia" de Thomas More, de 1516 e trazendo para a atualidade. Assim como os conceitos apresentados anteriormente, o conceito de utopia também é repleto de controvérsias.

O artigo destaca, entretanto, um autor, Samuel Moyn, que apresenta uma visão mais concreta de utopia e discorre sobre as utopias do século XX. Após um processo histórico de legitimidade, vindo com força pelo direito internacional e movimentos sociais, a posição de grande utopia contemporânea é ocupada pelos direitos humanos, segundo Moyn. Ele admite, porém, que uma nova utopia poderia surgir.

A partir da década de 70, com o processo de conscientização em relação à responsabilidade diante da garantia de futuro para as próximas gerações e com o reconhecimento de que todos seres humanos têm direito a um meio ambiente saudável, a sustentabilidade de aproximou dos direitos humanos.

Essa visão ficou ainda mais explícita no lançamento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU em 2015, no qual os direitos humanos foram amplamente legitimados. Porém, o autor destaca principalmente o direito ao desenvolvimento trazido nesta importante e ambiciosa agenda. E somado à sustentabilidade, esse direito ao desenvolvimento inclui a garantia do mesmo às futuras gerações. Assim sendo, é inaugurada uma nova utopia, que não se contrapõe a anterior, mas a potencializa.

José Eli conclui que, mesmo que no âmbito das relações internacionais, o desenvolvimento sustentável já é a grande utopia contemporânea, o mesmo não acontece na governança global, na qual essa realidade ainda é distante. E ela é mais distante ainda quando considerada a dimensão psicossocial, sendo a consciência em relação à comportamentos que respeitem a natureza e os limites planetários restrita a poucas parcelas da população.

Por fim, o autor traz uma pequena parcela de otimismo que contrapõe com a direção que ele acredita estarmos caminhando, na qual as futuras gerações sejam mais altruístas que as atuais, ou ainda que "mudanças evolucionárias muito rápidas quando as condições de vida se alteram drasticamente".

Citações destacadas:

"Em seu âmago está uma visão de mundo dinâmica, na qual transformação e adaptação são inegáveis, mas dependem de elevada consciência, sóbria prudência e muita responsabilidade diante dos riscos e, principalmente, das incertezas" (VEIGA, 2017, p. 241).

"Como o cerne da sustentabilidade é a ideia de que as gerações futuras merecem tanta atenção quanto as atuais, tais evidências científicas são mais do que suficientes. (...) nada disso altera o fato de que o uso do termo "sustentável" para qualificar o desenvolvimento sempre exprimiu a possibilidade e a esperança de que a humanidade poderá sim, se relacionar bom a biosfera de modo a evitar os colapsos profetizados desde nos anos 1970" (VEIGA, 2017, p. 240).

"Então, poder-se-ia dizer que esse não é apenas o capítulo de uma nova, que não apenas inclui, mas potencializa a anterior" (VEIGA, 2017, p. 240). Aqui o autor se refere ao "desenvolvimento sustentável" como nova utopia e os "direitos humanos" como a anterior.